

CNDH aprova Relatório sobre missão emergencial ao Amazonas

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH aprovou o Relatório Emergencial Pandemia Covid-19 e Violações de Direitos Humanos no Estado do Amazonas, realizado após missão realizada entre os dias 06 de maio e 12 de junho de 2020, pelas consultoras designadas pelo conselho Luciana de Souza Ramos, Luanna Marley de Oliveira e Silva e Meirilane Pires Coelho.

Após apreciação na 3a Reunião Extraordinária do CNDH, ocorrida remotamente entre os dias 15 e 16 de junho, o conselho deliberou pela expedição das recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos, fixando o prazo de 15 dias corridos para resposta.

De acordo com o relatório, a capital do Amazonas, Manaus, foi a cidade mais atingida pela covid-19 no Brasil, segundo dados da Fiocruz, levando a um aumento de 350% em número de mortes em 2020 comparado a 2019 e gerando um colapso nos cemitérios da cidade. As consultoras analisaram os impactos da pandemia nas diversas áreas, considerando a política de saúde no Amazonas, que envolve privatização e terceirização, além de ausência de políticas públicas regionalizadas na região amazônica. Foram considerados também aspectos relativos a trabalhadores(as) da saúde; impactos da covid-19 nas populações de maior vulnerabilidade social, como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e mulheres; e a situação no sistema prisional.

“Enfrentar a pandemia é, sobretudo, não negligenciar direitos humanos e adotar medidas que envolvam políticas de saúde, de segurança alimentar, de distribuição de renda, de política penal e de justiça penal, de trabalho, de assistência social e de educação, implementadas de forma intersetorial e considerando as especificidades e complexidades quanto às populações historicamente vulnerabilizadas. Em meio à pandemia, é necessário que estas políticas sejam implementadas, monitoradas e fiscalizadas pelas instituições públicas e a sociedade, sendo indispensáveis o cumprimento dos princípios constitucionais da administração e dos direitos humanos, e imperativa a transparência dos órgãos públicos, a garantia do direito às informações com dados oficiais e metodologias seguras, com validade científica”, informa o relatório.